



A HISTÓRIA CULTURAL: UM DIÁLOGO ENTRE ALAIN CORBIN E NORBERT ELIAS

Claiton Marcio da Silva*

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

claiton@uffs.edu.br

RESUMO: Este artigo tem por objetivo propor um diálogo aproximativo entre duas obras de tradições intelectuais distintas e produzidas em contextos históricos diferenciados: **O Processo Civilizador**, publicado pelo sociólogo alemão Norbert Elias, e **Saberes e Odores**, do historiador francês Alain Corbin. No contexto de produção e publicação da primeira obra, o diálogo travado por Elias com os historiadores que publicaram suas obras antes da década de 1930 opunha sociologia e história. Por outro lado, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, pode-se perceber que em obras como **Saberes e Odores**, mesmo não referenciando diretamente Norbert Elias, as preocupações são semelhantes. E por caminhos diferentes, as duas obras podem contribuir para os estudos socioculturais.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura – História – Sociologia – Norbert Elias – Alain Corbin

ABSTRACT: This essay aims to suggest an approximated discussion between two works of distinct intellectual traditions produced in different historical contexts: **O Processo Civilizador**, published by the German Sociologist Norbert Elias and **Saberes e Odores**, by the French Historian Alain Corbin. While in production and publication context of the first work, the dialogue promoted by Elias with Historians who have published their works before 1930's has opposed Sociology and History. On the other hand, mainly after the Second World War, it is possible to notice in works such as **Saberes e Odores**, that even being not directly referenced Norbert Elias, the concerns are similar. And through different paths, both can contribute for the social and cultural studies.

KEYWORDS: Culture – History – Sociology – Norbert Elias – Alain Corbin

Este artigo propõe um diálogo entre duas obras, **Saberes e Odores**,¹ escrita na década de 1970 pelo historiador francês Alain Corbin, e **O Processo Civilizador**,²

* Doutor em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz).

¹ CORBIN, Alain. **Saberes e Odores: O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX.** Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 297.

² Publicado no Brasil em dois volumes pela mesma editora tendo como referência a edição em língua inglesa de 1978: ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Uma história dos Costumes.** Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. V. I; _____. **O Processo Civilizador: Formação do estado e civilização.** Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. V. II.

escrito pelo sociólogo alemão Norbert Elias durante a década de 1930, tendo enquanto questão norteadora como, a partir de determinado momento do século XVIII (momento ainda de construção do que Norbert Elias chamaria de “processo civilizador”), odores que até então eram tolerados passam a ser inconcebíveis, provocando aquilo que seria chamado pelo historiador francês de “revolução olfativa”. O século XVIII é também um momento histórico importante para as análises de Norbert Elias sobre o processo civilizador. Para o autor, as engrenagens deste processo ainda estavam à mostra, procurando construir uma cobertura sólida que se consolidou de forma mais “visível” no século XIX. Busco discutir neste artigo, como a mudança de sensibilidades foi percebida, analisada e qual sua amplitude – ou seja, como a formação de um Estado forte estaria presente no processo de mudança dos comportamentos dos indivíduos conforme estas leituras, buscando suas possíveis aproximações ou tensões teóricas. Assim, através da discussão destes aspectos, procuro ver até que ponto é possível estabelecer uma relação entre **Saberes e Odores** e **O Processo Civilizador** e suas possíveis contribuições para os estudos culturais. Em outras palavras, torna-se importante discutir como, por caminhos diferentes, estas obras possibilitariam contribuições para estudos socioculturais, principalmente no que se refere às mudanças de comportamentos em determinados contextos históricos.

A PROBLEMÁTICA ENTRE HISTÓRIA E SOCIOLOGIA PARA NORBERT ELIAS

Com o título de **Le miasme et la jonquille. L'Odorat et l'imaginaire social**, publicado originalmente em francês no ano de 1982, Corbin demonstra conhecimento da obra de Elias, mesmo que não o cite diretamente, como em nota sobre o que poderíamos chamar de uma historiografia da percepção: “convém evocar o conjunto dos trabalhos de Peter Reinhart Gleichmann. Há anos ele estuda, no prolongamento das pesquisas de Norbert Elias, as relações que se travam entre a mutação das afecções, a transformação das imagens do corpo e as técnicas de controle social que a edificação dos sistemas de saneamento revela”.³ Por sua vez, **O Processo Civilizador**, escrito na década de 1930 sob o título de **Über den Prozess der Zivilisation**, e publicado originalmente na Suíça em 1939, ganhou uma introdução do autor na década de 1960,

³ CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**: O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 297.

procurando situar o contexto da obra e as possibilidades de leitura quase três décadas após o lançamento original. Discutindo questões como o controle das emoções (aumento do patamar de vergonha e nojo) e a diferenciação social (utilização de utensílios à mesa), sugere-se que a discussão deste artigo seja realizada entre **O Processo Civilizador**, de Norbert Elias, e **Saberes e Odores**, de Alain Corbin.

Mas é necessário levar em consideração a problemática entre sociologia e história retomada pelo historiador francês Roger Chartier sobre outra obra de Elias, **Die höfische Gesellschaft** (A Sociedade de Corte). Chartier, em artigo publicado originalmente na década de 1980, cita o debate entre história e sociologia elaborado por Norbert Elias no contexto da produção de sua obra na década de 1930.⁴ Escrito originalmente em 1933 como uma tese de aptidão para a Universidade de Frankfurt, **A Sociedade de Corte** não chegou a ser defendida em função da tomada de poder na Alemanha pelo nacional-socialismo e o exílio do autor em Paris e, posteriormente, em Londres.⁵ O prefácio escrito por Elias em 1969 para a edição deste trabalho pareceu dar um tom de atualidade à discussão entre as duas áreas de conhecimento iniciada na década de 1930, opondo a sociologia a uma história que, na visão de Elias, estaria interessada em grandes sínteses e fatos realizados por reis ou militares.

Chartier tratou de contextualizar a obra de Elias, abordando o momento de produção da referida obra e as leituras realizadas pelo autor naquela ocasião. Tendo em vista que o sociólogo alemão teve como referência para seu trabalho algumas obras da historiografia francesa do século XIX e das três primeiras décadas do século XX, “[...] a informação sobre a qual trabalha Elias é daí retirada, das grandes sínteses de história nacional, dos instrumentos de trabalho, dos estudos de história social”,⁶ ainda muito calcados nos feitos militares ou de reis. E, neste sentido, Chartier aponta que a problemática entre história e sociologia que guia a discussão de Elias na década de 1930 estaria sendo superada pela historiografia ao longo das décadas seguintes, com os *Annales* ou outras correntes: “Os traços que Norbert Elias atribui à história, considerada como perspectiva única, sempre idêntica a si mesma, não são aqueles através dos quais

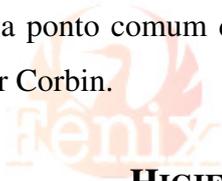
⁴ ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

⁵ CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 1990, p. 95.

⁶ Ibid., p. 96.

os historiadores destes últimos vinte ou trinta anos gostariam de ver caracterizar sua prática”.⁷ Nesta perspectiva, em 1961 o historiador inglês Edward Hallett Carr, em sua crítica ao empirismo, apostava em uma história mais próxima da Sociologia.⁸

Nesta perspectiva, como afirmei anteriormente, uma leitura aproximativa entre **Saberes e Odores** e **O Processo Civilizador** possibilitaria contribuições para estudos da história cultural, ora encontrando em um autor elementos para aprofundamento das discussões proposta pelos historiadores, ora buscando um contraponto em outro. Este artigo concentra-se em três partes principais, demonstrando como: a) Corbin avança por discutir não apenas o que viria a ser legitimado enquanto “verdade científica”, mas discursos que, embora desconstruídos ao longo do tempo, influenciaram na constituição de um imaginário social; b) em relação à questão da mudança de comportamentos, os dois autores contribuem de forma semelhante ao discutir sobre o processo de coerção externo que possibilitou a formação de outros comportamentos após a Idade Média; c) que embora a razão da efetivação deste processo externo de autocontrole, ou seja, a constituição de um poder central e sua influência sobre os comportamentos individuais, seja ponto comum de discussão entre os dois autores, essa questão não é aprofundada por Corbin.



www.revistafenix.pro.br

HIGIENE E MORAL: INÍCIO DE UM POSSÍVEL DIÁLOGO

“O parque, os jardins, o próprio castelo provocam náuseas por seu mau cheiro. As passagens de comunicação, os pátios, as construções em alas, os corredores, estão todos cheios de urina e de matérias fecais. Bem ao pé da ala dos ministros, um açougueiro [...] tosta seus porcos todas as manhãs”.⁹ Este relato publicado em 1797, identificando condições relativas à higiene no castelo de Versalhes, na França, a princípio possibilitaria uma análise das condições de vida no período e que ao olhar

⁷ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 1990, p. 92.

⁸ Ver CARR, E. H. **Que é História**. São Paulo: Paz e Terra, 1982. (Publicado originalmente em inglês em 1961) Décadas mais tarde, Lynn Hunt retomou o debate de Carr, deslocando a questão da aproximação da história com a sociologia para a história e a antropologia. Ver HUNT, Lynn. (Org.). **A nova história cultural**. Tradução Jefferson Luis Camargo, São Paulo: Martins Fontes, 1992. Publicado originalmente em inglês em 1989.

⁹ Pierre Chauvet, referindo-se à Versalhes Apud CORBIN, Alain. **Saberes e Odores: O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 41.

contemporâneo poderiam ser classificadas como “precárias”. Porém, quando relatos como estes estiveram voltados para a situação mais geral da sociedade – pântanos, matérias em decomposição despejadas em calçadas, em ruas, dissolvidas na água, sovadas feito massa pútrida e entregues ao “forno solar”, formando uma solução gasosa fedorenta e morbífica – pode-se estabelecer um ponto de partida possível para a discussão de um tema que inundou o imaginário social francês deste período: a ameaça dos miasmas espalhados pelo ar.

Miasma não só do castelo, mas que, sustentado durante boa parte do tempo por um discurso científico, espalhou-se por todos os cantos da sociedade francesa. No imaginário social e científico, as misturas de diversas formas de matéria nos pântanos, nas lamas, espalhariam pelo ar um gás que não deveria, de forma alguma, ser inalado. Corbin resumiu a questão: “A lama de Paris forma uma mistura complexa de areia infiltrada entre as pedras do calçamento, de lixo nauseabundo, de água estagnada e de excremento. As rodas dos carros sovam essa massa, espalham-na, espirram os fedores na base das paredes e nos passantes”.¹⁰ Fedores nada respiráveis, pois um autor e profundo conhecedor de agricultura no século XVIII, Duhamel du Monceau narrou que “um marinheiro caiu morto ao destampar um barril de água do mar quando do desaparelhamento – no porto de Rochefort – do navio de guerra real *Le Chameau*; seis de seus camaradas que se encontravam a alguma distância dele foram derrubados...”.¹¹

As teorias que procuraram explicar a formação dos miasmas poderiam provocar um estranhamento ao leitor deste texto, pelo menos àquele que não tivera contato com o tema, o qual poderia se questionar: teriam os gases espalhados pelo ar este poder morbífico? Ou mesmo seria possível um comentário melhor humorado sobre o passado, conforme expresso pelo próprio Alain Corbin, quando discute sobre as ações promovidas no sentido de conter os miasmas na França do século XVIII: “Uma tal atitude nos é difícil de compreender, e a hilariedade, sinal de incompreensão, é nossa tentação diante do aturdimento provocado pelo miasma nauseabundo”.¹² De forma

¹⁰ Pierre Chauvet, referindo-se à Versalhes Apud. CORBIN, Alain. **Saberes e Odores: O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX.** Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 38.

¹¹ Relato de Duhamel du Moceau. Ibid., p. 47.

¹² CORBIN, 1987, op. cit., p. 32.

semelhante, seria hilário ou embaraçoso para o leitor a seguinte passagem da edição de 1609 do *Galateo*, de Della Casa, citada por Norbert Elias:

É ainda mais incorreto segurar a coisa malcheirosa para que outro a cheire como alguns têm o costume de fazer, e que mesmo insistam em que o outro faça isso, erguendo a coisa fedorenta até suas narinas e dizendo: ‘eu gostaria de saber o que é que você acha disto’, quando seria melhor dizer: ‘porque fede, não a cheire’.¹³

Embora a discussão de Norbert Elias não aponte neste exemplo – nem mesmo em outros, as consequências dos miasmas, uma outra questão se relaciona entre o historiador francês e o sociólogo alemão: seja por motivos morais (Norbert Elias) ou higiênicos (Alain Corbin), os relatos que, possivelmente, causariam embaraço ou mesmo hilariedade numa sociedade contemporânea, demonstram que após a Idade Média propiciou-se uma mudança um tanto lenta dos comportamentos e sensibilidades na sociedade ocidental para um padrão um tanto diferenciado daqueles então vigentes. Embora Alain Corbin discuta nestes exemplos como a ameaça dos miasmas gerou uma série de ações que posteriormente visaram a solucionar “problemas” sociais, transformaram a forma da sociedade europeia em sua maneira de sentir e se relacionar com os odores; possibilitou-se, neste processo, o surgimento de novas formas de comportamento entre os franceses. Em uma outra perspectiva e de forma mais ampla, Norbert Elias trouxe como tema fundamental os tipos de comportamento considerados típicos do homem civilizado ocidental¹⁴ e sua relação com a formação do Estado na Europa.

Assim, o maior ou menor desconforto frente aos exemplos colocados, ou aos que se seguirão discutidos pelos autores referenciados, remetem à discussão de um conceito mais amplo: o de civilização. Reafirmando, civilização é um conceito amplo, e embora não signifique a mesma coisa para diferentes nacionalidades é nesta obra discutida por Norbert Elias:

Este conceito expressa a consciência que o ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o

¹³ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994, p. 137. V. I.

¹⁴ Ibid., p. 13.

desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais.¹⁵

Assim, poderia ser interpretado, à luz dos exemplos citados anteriormente, que o embaraço provocado por tais relatos demonstraria um sinal de civilização. Numa outra instância, exercitando nossa reflexão, pode-se pensar que, como será visto no decorrer do texto, a nova forma de se relacionar com os odores e os comportamentos desenvolvidos em função desta questão, tendem a ser considerados, à maneira de Norbert Elias, como civilizados. Comportamentos civilizados, que, ainda neste raciocínio, seria comum aos que fazem parte de tal sociedade civilizada, pois:

Até certo ponto, o conceito de civilização minimiza as diferenças nacionais entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou – na opinião dos que o possuem – deveria sê-lo. Manifesta a autoconfiança de povos cujas fronteiras nacionais e identidade nacional foram tão plenamente estabelecidos, desde séculos, que deixaram de ser tema de qualquer discussão, povos que há muito se expandiram fora de suas fronteiras e colonizaram terras muito além delas.¹⁶

Processo que não fugiu de contradições e resistências, mas que, da mesma forma, não foi planejado, não pelo menos seu resultado final, mas que apresenta semelhanças (internas) e diferenças (externas) entre as nações europeias. Ao longo dos séculos, muitas nações europeias passaram a considerar o processo civilizador como um momento que, se não concluído em suas sociedades, pelo menos com uma forte direção definida, colocando-se enquanto “as porta-estandartes da civilização em marcha”.¹⁷ Esse processo de autolegitimação, capaz de solucionar os problemas de outras nações pode nos remeter à observação de Norbert Elias, afirmando que “uma fase fundamental do processo civilizador foi concluída no exato momento em que a *consciência* de civilização, a consciência da superioridade de seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte começaram a se espalhar por todas as nações do ocidente”.¹⁸ Tal processo não estático, não definitivo, alcançaria um ponto culminante no século XIX, período importante no processo de conquista e domínio de outros continentes por parte de nações europeias.

¹⁵ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994, p. 23. V. I.

¹⁶ Ibid., p. 25.

¹⁷ Ibid., p. 64.

¹⁸ Ibid.

“SABERES E ODORES” OU DEVANEIOS CIENTÍFICO-SOCIAIS

Os antecedentes históricos de uma revolução olfativa, apontada por Alain Corbin constituiu-se de forma processual, assimétrica, não evolutiva, ecoando não apenas em um feixe de discursos “vencedores”. Neste processo de “sensibilização do nervo olfativo” a teoria científica teve papel fundamental e, segundo o historiador francês, muitas vezes “nós perdemos isso de vista, porque praticamos uma história das ciências que privilegia a verdade e negligencia as incidências históricas do erro”.¹⁹ A isto o autor se refere porque, à luz do pensamento do século XX, na qual um historiador como ele esteve inserido, a teoria dos miasmas (por exemplo) poderia ocasionar reações hilariantes, conforme apontado no início deste artigo. Porém, os discursos analisados, ao procurar evitar a marcha da putrefação, tiveram importância na constituição de outras sensibilidades. Desta forma, se torna importante para o historiador trabalhar não somente com os discursos “vencedores”, mas procurar refletir sobre a diversidade de discursos, suas relações e tensões. Mostrar sim, como estes discursos influenciaram a constituição de um imaginário francês sobre os odores e, com a ascensão do olfato (ou redução dos limites de tolerância dos odores), provocaram mudanças de comportamentos.

Em outra perspectiva, as análises de Norbert Elias sobre a obra de La Salle podem possibilitar outro ângulo de análise, o qual deve ser desenvolvido seu raciocínio. Ao analisar diferentes edições de “Les Règles de la bienséance et la civilité chrétienne” (1729 e 1774, respectivamente) de La Salle, diferenças importantes no conteúdo das edições são encontradas na visão do sociólogo alemão:

Na segunda edição de La Salle, como em outros casos, é omitida a maior parte das regras muito detalhadas da primeira. O uso do lenço tornou-se mais geral e evidente por si mesmo. Não é mais necessário ser tão explícito. Além do mais, é menor a inclinação de falar nesses detalhes, que La Salle originariamente comentou direta e longamente sem qualquer embaraço.²⁰

Assim, a omissão de detalhes apontaria para uma apropriação de hábitos antes não utilizados, como o exemplo do lenço. Em outra direção, maior importância é

¹⁹ CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 77.

²⁰ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994, p. 153. V. I.

atribuída ao “mau hábito” das crianças de “enfiar” os dedos no nariz: “Como em outros hábitos infantis, o aviso médico aparece agora em conjunto ou em lugar do social como instrumento de condicionamento, com referência ao mal que pode decorrer de fazer ‘tal coisa’ com frequência excessiva.” Segundo o autor, aqui se coloca “um exemplo de mudança na maneira de condicionar alguém”, isto porque “até essa ocasião, os hábitos eram quase sempre julgados claramente em sua relação com outras pessoas e se eram proibidos, pelo menos na classe alta secular, era porque podiam ser incômodos ou embaraçosos para terceiros” ou, por outro lado, porque revelasse “falta de respeito”. Neste sentido, “os hábitos são condenados cada vez mais como tais, em si, e não pelo que possam acarretar a outras pessoas”, e, desta forma, “impulsos ou inclinações socialmente indesejáveis são reprimidos com mais rigor”, pois “[...] são associados ao embaraço, ao medo, à vergonha ou à culpa, mesmo quando o indivíduo está sozinho”.²¹

Assim, procurando demonstrar a construção do argumento de Norbert Elias no que se refere ao processo de mudança das maneiras de condicionar os indivíduos, chega-se, enfim, ao ponto onde mais claramente pode-se perceber uma diferenciação de sua perspectiva em relação à de Alain Corbin:



Grande parte do que chamamos de razões de ‘moralidade’ ou ‘moral’ preenche as mesmas funções que as razões de ‘higiene’ ou ‘higiênicas’: condicionar as crianças a aceitar determinado padrão social. A modelagem por esses meios objetiva a tornar automático o comportamento socialmente desejável, uma questão de autocontrole, fazendo com que o mesmo parece à mente do indivíduo resultar de seu livre arbítrio e ser de interesse de sua própria saúde ou dignidade humana.²²

Essa é uma diferenciação fundamental nas perspectivas: para Norbert Elias, as teorias científicas consideradas como “ultrapassadas” são subsumidas à lógica moral. Este autor procurou trabalhar levando em consideração teorias científicas a partir de uma perspectiva de desenvolvimento (talvez um tanto evolucionista) da civilização e de suas concepções de ciência. Seguindo neste pensamento – em outra passagem do texto, ao tratar das mudanças dos comportamentos à mesa como a adoção do garfo, as louças e talheres individuais, estas mudanças poderiam ser explicadas por um possível contemporâneo do século XX, por “razões” higiênicas. Assim, não comeríamos com a

²¹ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994, p. 153. V. I.

²² Ibid.

mão para evitar as sujeiras das mãos ou algo semelhante: “Mas o fato é que” continua o sociólogo alemão, “em data tão recente como a segunda metade do século XVIII, praticamente nada desse tipo [as ‘razões’ higiênicas] condicionava o maior controle que as pessoas impunham a si mesmas. De qualquer modo, as chamadas ‘explicações racionais’ têm bem pouca importância em comparação com outras”.²³ Para o autor, então, as “razões” higiênicas não condicionariam os indivíduos em direção a um autocontrole. E assim, exercitando uma análise, seria como se a teoria dos miasmas tivesse apenas caráter moral, ou, por outro lado, não seria científica e não teria influência na constituição do referido autocontrole.

De forma diferenciada, o historiador francês analisou a “revolução olfativa” como um processo de certa forma desconhecido, com múltiplas visões que, com o desencadeamento de tal processo, rumaram para caminhos muitas vezes semelhantes (embora nem sempre semelhantes). A partir do raciocínio empreendido por Alain Corbin, seria possível observar que nos três primeiros capítulos (num total de cinco que compõe a primeira parte do livro e que me concentro neste artigo) são contempladas as discussões sobre os odores considerados “ruins” ou “perigosos”. Mostrá-lo-ia como o discurso de médicos, químicos, viajantes ou escritores políticos – discursos estes nem sempre “vencedores”, nem sempre apontando para aquilo que viria a ser legitimado enquanto “verdade científica”, mas que influenciaram na constituição deste imaginário social – procederam em relação aos odores, sinalizando um processo lento de rebaixamento dos limites de tolerância. Processo exalado de forma mais observável, segundo o autor, na segunda metade do século XVIII, apontando para um rompimento, uma desqualificação de vários tipos de odores.²⁴

Desta forma, foi a partir da metade do século XVIII, que “os odores passam a ser mais vivamente sentidos. Tudo se passa como se os limites de tolerância tivessem sido rebaixados; e isto bem antes que os incômodos industriais tivessem se acumulado no espaço urbano”.²⁵ Conforme o historiador francês, embora não fossem os “incômodos industriais” que perturbavam os narizes franceses do século XVIII, uma

²³ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994, p. 122. V. I.

²⁴ Esse rompimento (as estratégias ou “necessidades de desodorização”) foi descrito nos capítulos seguintes por Corbin.

²⁵ CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 77.

ideia de asfixia urbana rondava as cidades, e o campo, com pântanos esfumacantes decompondo matéria orgânica, navios imundos, multidões fedorentas, fossas abertas – entre inúmeros exemplos – trazendo à percepção olfativa com tradução nos discursos, odores malévolos para a população: “o que é intolerável é o cheiro da putrefação, pois a fumaça da indústria poderia corrigir as emanações da multidão pútrida”,²⁶ afirma Corbin. No discurso científico que foi se constituindo neste período, esta questão esteve imbricada no processo, e teve importância na constituição de saberes e sensibilidades que viriam (ou não) a tomar corpo neste momento da história francesa: as análises tentando refrear a lenta marcha que conduz à putrefação. Putrefação que conduz aos odores mais temíveis e, junto com outras substâncias, formam os gases que apavoram a população: miasmas.

Para o pensamento científico da época, “o ar continuava a ser considerado como um fluido elementar e não como o resultado de uma mistura ou de uma combinação química.” Sobre os gases, captados através dos instrumentos científicos, repousa uma teoria sobre sua importância no ciclo vital: “todos os mistos que compõe o corpo, fluidos ou sólidos, ao se desfazer sua coesão, deixam escapar ar.” Assim, viver estaria ligado à ideia de equilíbrio dos gases no corpo. Porém, ao decompor a matéria, os gases soltos misturavam-se e espalhavam-se feito fumaça de pântanos à procura de orifícios nasais para atacar. O discurso científico procurou evidenciar a questão e trabalhar procurando conter os miasmas para assegurar o “precário equilíbrio que assegura a vida”.²⁷

Em contrapartida (mas não contraditoriamente), evidenciando não um discurso científico, mas de valores morais, nem todos os gases, ao se desprenderem do corpo, resultariam em malefícios à saúde. Exemplo disso seria descrito por La Salle, citado por Elias: “É muito grosseiro soltar gases do corpo quando em companhia de outras pessoas, seja por cima, seja por baixo, mesmo que isto seja feito sem ruído. É vergonhoso e indecente assim proceder, de maneira que possa ser escutada por outras pessoas”.²⁸ Neste ponto, vale ser ressaltado que não são discursos contraditórios

²⁶ CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 88.

²⁷ Ibid. p. 19.

²⁸ Palavras de La Salle na página 24 da versão de 1729. Citado por ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994, p. 138. V. I.

referenciando dois tipos diferentes de gases, mas desde o século XVIII Erasmo de Rotterdam apontava os possíveis danos à saúde dos gases intestinais presos. Assim, aproximando tais ideias, liberar gases também poderia fazer parte do equilíbrio vital, porém, não tolerado em relação ao “outro”.

Por diversos caminhos tenta-se refrear a marcha da putrefação num processo de desodorização ou mesmo a exploração terapêutica de aromatas que contribuem para a intensidade olfativa do meio ambiente. Os odores possuíam uma função terapêutica e estética justamente por corrigir o ar viciado e aumentar a resistência do organismo. Desta forma, na busca de antissépticos, os médicos procuraram justificar cientificamente a virtude terapêutica (circulação, refrear a marcha da putrefação) de certos aromatas. Mas com o desenvolvimento dos conhecimentos químicos, ocorre um processo de desqualificação dos aromatas, preservando uma relação não mais de cientificidade. Desta forma, assistiu-se nesse momento de ampliação de conhecimentos técnicos voltados à correção do ar, contenção de miasmas e à desodorização da sociedade, uma espécie de reivindicação incluída na pauta do dia, “[...] de um direito natural à respiração de um ar que não esteja congestionado por uma carga nociva”²⁹ de acordo com Corbin. Desta forma, a ideia de vigilância olfativa emergiu sobre um fato essencial em relação aos procedimentos intensos de alarme postos em funcionamento pelos especialistas: os discursos incorporam, dentro de um contexto de vigilância, os fedores que até então eram suportáveis.

O “PROCESSO CIVILIZADOR” EUROPEU OU A RELAÇÃO ENTRE COERÇÃO E AUTOCONTROLE

Uma nova forma de lidar com os odores não se constituiu em uma maneira isolada de perceber a mudança nos comportamentos europeus do século XVIII. Conforme nos aponta Norbert Elias, ao tratar da inclusão de talheres nas refeições cotidianas, “ao fim do século XVIII, pouco antes da revolução, a classe alta francesa adotou mais ou menos o padrão à mesa, e certamente não só este, que aos poucos seria considerado como natural por toda a sociedade civilizada”.³⁰ Desta forma, pode-se

²⁹ CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 22.

³⁰ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994, p. 113. V. I.

pensar que este momento histórico, conforme proposta dos autores, formulou padrões de comportamento que estiveram de alguma forma relacionados com a ascensão de novas sensibilidades, incluindo aqui a de nosso interesse, a “revolução olfativa” ao mesmo tempo em que se construía um poder cada vez mais centralizado. Entre os séculos XVII e XVIII, muitos relatos permitem perceber que aquilo que até a algum tempo poderia ser tolerado, passa a ser inconcebível conforme o seguinte relato:

O cheiro de lodaçal é horrível. Paris é um lugar horroroso. As ruas cheiram tão mal que não se pode sair de casa. O calor extremo está provocando o apodrecimento de grande quantidade de carne e peixe, e isto, juntamente com a multidão de pessoas que fazem... na rua, produz um cheiro tão detestável que não pode ser suportado.³¹

Este exemplo apresentado por Norbert Elias aproxima-se de um ponto de rompimento em relação às sensibilidades olfativas (crítica aos odores mais intensos) proposto por Alain Corbin. Tal rompimento pode ser atribuído a diversos fatores, embora não explicitados com muita clareza pelo autor de **Saberes e Odores**. Em um dos exemplos apresentados por Corbin, o escritor Louis-Sébastien Mercier atribuiu o rebaixamento de tolerância olfativa aos quimistas: “Bebíamos água há vinte anos sem prestarmos muita atenção nisso; mas, desde que a família dos gases, a raça dos ácidos e dos sais apareceram no horizonte [...], nos armamos em toda parte contra o mefitismo”³² e que até meados do século XVIII “nenhum mau cheiro poderia chocar um comerciante parisiense”.³³ Aponta-se para uma queda no “patamar”, na escala do “suportável”: “as meninas da paróquia de Santo Eustáquio ouvem o catecismo sem ficar enjoadas com as emanções nauseabundas”.³⁴

Se as meninas ouvem o catecismo nestas condições, o mesmo não acontece com quem relatou este fato, ou seja, Robert Favre, pois os odores nauseabundos invadiam cada vez mais o olfato e provocariam sensações desagradáveis em vários segmentos sociais, o que, segundo os relatos, poderia não ter ocorrido em momentos históricos anteriores. Embora a burguesia ascendente discursasse em prol de um movimento de desodorizações, essas práticas sociais não ficam a ela restritas. As classes

³¹ Relato da duquesa de Orléans (1694 ou 1718). CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 138.

³² Relato de Mercier citado por Alain Corbin. *Ibid.*, p. 81.

³³ Chavet Apud *Ibid.*, p. 80

³⁴ Apoiando-se em exemplos discutidos por Robert Favre. *Ibid.* p. 80.

trabalhadoras opuseram-se ao discurso desodorizador, embora seus limites de tolerância cada vez mais baixos, tenham suportado o odor dos corpos vivos e não daqueles amontoados que ultrapassavam os muros do Cemitério dos Inocentes. O corpo que trabalha está nos limites do suportável, ao contrário daquele emanado dos Cemitérios. Afinal, é destes espaços que surgem os maiores medos e para onde se voltam ações visando a controlar os gases. O próprio Cemitério dos Inocentes de Paris foi fechado por volta de 1780 em função de petições populares que encontraram ecos nos administradores. Mas nesse contexto, maior importância talvez que apresentar um fato histórico apontando o momento em que mudaram os padrões de tolerância, é discutir a defasagem de comportamentos apontada por observadores. Comportamentos que, como vimos anteriormente, estão sob os olhares de vigilantes dos sábios.

Enfim, a ascensão do olfato enquanto um sentido não mais de “segunda classe” aconteceu justamente quando os limites de tolerância em relação aos odores tornaram-se decadentes. A cidade talvez não estivesse mais fedorenta do que antes: o olfato estaria mais atencioso. E, nesta perspectiva, esse rebaixamento dos limites de tolerância olfativa gestaria mudanças dos comportamentos. Assim, ao ser constituída de forma mais concreta a ideia dos malefícios dos miasmas, aliada à repugnância sobre determinados odores, muitas formas de comportamento se colocaram sob os olhares vigilantes do discurso científico. Desodorizar tornou-se regra. Desodorizando de forma geral a sociedade, não haveria impregnação de miasmas; desodorizando individualmente, poderia haver um maior controle dos odores. Neste sentido, poderia ser apontada uma relação entre “sentir os odores” (sensibilidade), que tornaria possível uma mudança de comportamentos (desodorização ou mesmo a moda dos perfumes sutis). Desta forma, pensando em relação à vigilância de comportamentos (para não exalar odores repugnantes), é possível exercitar uma relação entre os dois autores que interessa para este artigo. Afinal, como veremos a seguir, as práticas de controle são direcionadas em um sentido de coerção externa do comportamento do indivíduo (discurso médico, livros de etiquetas, desqualificação de odores, ações visando a sanar as lamas etc.) para um autocontrole. Esta ideia é estimulante para pensar uma relação entre os dois, Corbin e Elias, que pode ser feita a partir das considerações sobre Erasmo De Rotterdam, discutidas por Norbert Elias e que pode nos remeter ao pensamento de Alain Corbin escrevendo sobre o século XVIII. Esta discussão encontra-se na seguinte parte do texto de Erasmo, falando do cultivo de sentimento de vergonha nos jovens:

É indelicado cumprimentar alguém que esteja urinando ou defecando... A pessoa bem educada sempre deve evitar expor, sem necessidade, as partes às quais a natureza atribuiu pudor. Se a necessidade a compele, isto deve ser feito com decência e reserva, mesmo que ninguém mais esteja presente. Isto porque os anjos estão sempre presentes e nada mais lhes agrada em um menino do que o pudor, o companheiro e guardião da decência.³⁵

Com este exemplo, analisou Elias: “A maneira como a ansiedade é despertada nos jovens, a fim de forçá-los a reprimir o prazer, de acordo com o padrão de conduta social, muda com a passagem dos séculos”. Desta forma, “[...] aqui a ansiedade despertada em conexão com a renúncia à satisfação instintiva é explicada a si mesmo e aos demais em termos de espíritos externos”.³⁶ A vigilância dos anjos tornou-se uma forma primeira de controle das pulsões das crianças, mas não a única:

Algum tempo depois, a restrição auto-imposta, juntamente com o medo, a vergonha e a recusa a cometer qualquer infração, frequentemente aparece, pelo menos na classe alta, na sociedade aristocrática de corte, como vergonha e medo a outras pessoas. Em círculos mais amplos, reconhecidamente, a referência a anjos da guarda é usada durante muito tempo como instrumento para condicionar crianças. Diminui um pouco quando ‘razões higiênicas’ e de saúde recebem mais ênfase e se pretende obter um certo grau de controle dos impulsos e das emoções. Essas razões higiênicas passam, então, a desempenhar um papel importante nas ideias dos adultos sobre o que é civilizado em geral sem que se perceba que relação elas têm com o condicionamento das crianças que está sendo praticado. Apenas a partir dessa percepção, contudo, é que o que há nelas de racional pode ser distinguido do que é apenas aparentemente racional, isto é, fundamentado principalmente na repugnância e nos sentimentos de vergonha dos adultos.³⁷

Assim, nos séculos subsequentes, os anjos da guarda não desempenham de exclusivamente o poder de condicionamento dos impulsos e das emoções das crianças justamente quando questões ascendentes de higiene e saúde começam a ter influência na mudança dos comportamentos. Neste sentido, a noção de que o controle externo gera um autocontrole pode permitir uma aproximação nas análises, pois para Norbert Elias:

Juntamente com essa crescente divisão do comportamento no que é e não é publicamente permitido, a estrutura da personalidade também se transforma. As proibições apoiadas em sanções sociais reproduzem-se no indivíduo como formas de autocontrole. A pressão para restringir

³⁵ Erasmo de Rotterdam. Citado por: ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994, p. 136. V. I.

³⁶ Ibid., p. 140.

³⁷ Ibid.

seus impulsos e a vergonha sociogenética que os cerca – estes são transformados tão completamente em hábitos que não podemos resistir a eles mesmo quando estamos sozinhos na esfera privada. Impulsos que prometem e tabus e proibições que negam prazeres, sentimentos socialmente gerados de vergonha e repugnância entram em luta no interior do indivíduo. Este, conforme já apontamos, é o estado de coisas que Freud tenta descrever através de conceitos como ‘superego’ e ‘inconsciente’ ou, como se diz não sem razões na fala diária, como ‘subconsciente’. Mas, como quer que seja expresso, o código social de conduta grava-se de tal forma no ser humano, desta ou daquela forma, que se torna um elemento constituinte do indivíduo. E este elemento, o superego, tal como a estrutura da personalidade do indivíduo como um todo, necessária e constantemente muda com o código social de comportamento e a estrutura da sociedade.³⁸

Desta forma, o superego não seria fixo na perspectiva de Norbert Elias, mas construído historicamente. São os mecanismos de controle construídos socialmente que permitiriam, através de coerção externa, uma reprodução no interior do indivíduo (autocontrole). Assim, os impulsos seriam controlados mesmo nas situações solitárias, onde não há olhares vigilantes, pois códigos são “gravados” e auxiliam na constituição da própria personalidade das pessoas. Mas, da mesma forma que a estrutura social se modifica, modificam-se os códigos e as sanções sobre os indivíduos. Exercitando uma reflexão entre os dois autores, as injunções médicas procurando rechaçar os miasmas – que como será visto adiante, envolvida num contexto de mudanças políticas – podem ser consideradas um mecanismo de coerção externa que, juntamente com a crescente noção de interdependência das pessoas, poderiam ter servido como elemento externo de coerção sobre os comportamentos individuais, procurando constituir outras formas de sensibilidades (desodorização, odores suaves, por exemplo). Desta forma, seria necessária uma discussão mais ampla, procurando exatamente analisar como pode ser observada a relação entre as mudanças nas estruturas de poder e as mudanças nos comportamentos individuais a partir destas leituras.

“ODORES CIVILIZADOS” OU RELAÇÕES ENTRE MUDANÇA DE COMPORTAMENTOS E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO

Caminha-se, conforme discutido anteriormente, na direção de um maior autocontrole individual aliado cada vez mais a espaços também individuais atribuídos

³⁸ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994, p. 189. V. I.

para a higiene: toaletes, espaço em que se procurou restringir sentimentos de vergonha e medo de outras pessoas. Desta forma, a questão relativa à higiene começou a ganhar importância nas discussões sobre os odores somente em meados do século XVIII, tomando forma de consciência pública,³⁹ momento em que se atribui novos malefícios à putrefação e, com isso, todas as substâncias animais utilizadas em perfumaria passam a ser criticadas.⁴⁰ Nada escapa ao olfato vigilante e os odores agridem a nova sensibilidade, testemunhadas de forma acentuada em relação aos cheiros excrementiciais: “Em Paris, a limpeza de fossas à antiga, isto é, sem ventilação, efetuada com pequenas tinas e tonéis mal construídos, provoca escândalos” e “a vizinhança mostra uma intolerância nova em relação aos matadouros e fornos de sebeiros.” Paralelamente, a contraposição aos fedores deu ênfase para os progressos da higiene corporal no seio da elite privilegiada⁴¹ e “estimulam a desconfiança para com o odor ofuscante. Exalar um perfume potente significa deixar supor uma limpeza duvidosa”.⁴² Assim, para o autor, “[...] o fato de que os odores do eu tenham sido mais bem definidos, mais intensamente ressentidos, só fez estimular a repulsa contra os odores do outro”.⁴³

Em relação à burguesia, um aspecto essencial da revolução olfativa apontou para a crítica dos odores; em contrapartida os perfumes não desfrutaram na burguesia de um *status* ascendente. Corbin, referindo-se “aos laços que se cerram entre a crítica contra os ‘cheiros’ e a ascensão e, depois, à difusão da mentalidade burguesa”:

O perfume, [...], dissipa-se em fumaça. O que esvanece, se volátila, simboliza a dilapidação. O fugaz não pode ser acumulado. [...] Pode-se sonhar em recuperar, em reutilizar os restos, em rentabilizar o excremento; [...] Há algo de intolerável para o burguês ao sentir se esvanecer desse modo os produtos entesourados pelo seu labor. O perfume, [...] é antinômico do trabalho [...]. seria em todo caso desejável que perdesse suas referências animais, que desaparecessem, juntamente com o almíscar, suas provocantes alusões ao instinto de reprodução.⁴⁴

³⁹ CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 82.

⁴⁰ Os odores menos sutis poderiam ser relacionados com esterco, conforme citação de Hartley: “o esterco cheira a almíscar quando nos afastamos dele alguns passos”. Ibid., p. 92.

⁴¹ Ibid., p. 82.

⁴² Ibid., p. 93.

⁴³ Ibid., p. 85.

⁴⁴ Ibid., p. 95.

A crítica contra os “cheiros” estaria relacionada à ascensão e posterior difusão da mentalidade burguesa, afinal, dentro desta mentalidade, o perfume “dissipa-se em fumaça”; assim, o fugaz não pode ser acumulado e, neste sentido, “há algo de intolerável para o burguês ao sentir se esvanecer desse modo os produtos entesourados pelo seu labor; perfume (desordem, gosto pelo prazer) é antinômico ao trabalho”.⁴⁵

A nova sensibilidade apontaria para outros caminhos, partindo dos progressos da toalete de limpeza para a elite. Estes progressos estariam ligados à moda dos odores sutis e delicados, como por exemplo, para quem se lava ou se banha nu deve evitar os perfumes fortes,⁴⁶ perfumes repulsivos, feito esterco. La Salle, no mesmo século XVIII, pode ser um exemplo entre inúmeros apontados por Norbert Elias ao tratar de manuais de etiqueta, que uma outra forma de comportamento viria impor outra relação com o corpo humano: “Faz parte do decoro e do recato cobrir todas as partes do corpo, exceto a cabeça e as mãos. No tocante às necessidades naturais, é correto (mesmo no caso de crianças) satisfazê-las apenas onde a pessoa não puder ser vista”.⁴⁷ Através dessa relação com o corpo, cada vez mais baseada em sentimentos como a vergonha, pode-se remeter a uma discussão em que cada vez mais certos comportamentos (no tocante às necessidades naturais, por exemplo) individualizam-se. Neste sentido, discute-se um ponto central que envolve o processo de mudança de sensibilidades: a mudança e individualização dos comportamentos e sua relação com a ascensão lenta de um Estado forte.

Vejamos então os pontos de vista: Alain Corbin apoia-se, mesmo que rapidamente, em Dominique Laporte e discorre:

A lenta construção de um Estado forte, centralizado, teria inaugurado uma experiência nova do olfato. Doravante, ‘o aprendizado do sentir se voltará todo contra o *stercus*’. O cheiro de merda teria se tornado pouco a pouco intolerável, enquanto o excremento se privatizava com a difusão das fossas sépticas. Já que todo odor se refere ao do *stercus*, o édito de Villers-Cotterêts, que determina que todo particular deve conservar seus excrementos para si mesmo, é o que teria induzido a um desaparecimento tendencial do sentir cheiro.⁴⁸

⁴⁵ CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 95.

⁴⁶ Ibid., p. 94.

⁴⁷ La Salle. Edição de 1774. Citado por ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994, p. 139. V. I.

⁴⁸ CORBIN, 1987, op. cit., p. 83.

Porém, talvez a escala de individualização dos excrementos tenha maior difusão apenas no século XVIII, século que em seus meados assistiu a uma “pré-história da revolução olfativa” que, “concerniu primeiramente à linguagem”.⁴⁹ Com isso, a língua francesa foi lavada de “seu vocabulário nauseabundo. Esperava-se com isso torna-lo imputrescível” e, procurando completar o processo de desodorização, “era forçoso cercar, analisar, descrever os odores”.⁵⁰ Aqui, novamente Alain Corbin se utiliza das análises de Dominique Laporte: “a partir de uma certa data – a meu ver, entre 1760 e 1840 aproximadamente –, o higienista é promovido ao nível do herói que ‘desafia as mais tenazes das repugnâncias’. Ele prepara a ‘imensa ode à limpeza’, cantada por todo o século XIX”.⁵¹

Desta forma, cada vez mais as mudanças teriam caminhado para uma individualização dos excrementos (toailete individual, construção de fossas sépticas), o que resultaria em um rebaixamento dos limites de tolerância em relação a estes odores e aos odores do outro: “[...] o fato de que os odores do eu tenham sido mais bem definidos, mais intensamente ressentidos, só fez estimular a repulsa contra os odores do outro, cheiros dos corpos dos ricos que apodrecem nas igrejas, cheiro da multidão em suores nos lugares apertados do espaço público”.⁵² Processo que envolveria também a “limpeza” do vocabulário francês num momento em que a figura do higienista ascende e traduz as “necessidades” construídas de desodorização da sociedade. Mas que é deixada de lado, ao olhar do historiador francês, a relação mais ampla e estimulante que poderia ser esboçada relacionando um crescente poder central e a mudança de comportamentos. Assim se refere o autor:

Que a história política, isto é, a criação de um Estado forte inaugurando uma nova gestão do excremento tenha conduzido o processo constitui-se numa ideia estimulante; deixemos aos especialistas o cuidado de provar sua total coerência. Que não se negligencie, em contrapartida, a ascensão da noção de pessoa, assinalada há tempos por Marcel Mauss, de que a privatização do dejetos poderia ser um aspecto.⁵³

⁴⁹ CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 83.

⁵⁰ Ibid., p. 84.

⁵¹ Ibid.

⁵² Ibid., p. 85.

⁵³ Ibid., p. 84.

Ao direcionar o ponto de discussão para esta relação (Estado forte/mudança de comportamentos individuais), é possível que as análises de Norbert Elias avancem naquilo que Alain Corbin remeteu aos especialistas. Uma das passagens do texto do sociólogo alemão que procura explorar estes temas é a seguinte:

No estágio da aristocracia de corte, as restrições impostas às inclinações e emoções baseavam-se principalmente em consideração e respeito devidos a outras pessoas e, acima de tudo, aos superiores sociais. No estágio subsequente, a renúncia e o controle de impulsos é muito menos determinado por pessoas particulares. Expressada provisória e aproximativamente, nesse instante, mais diretamente do que antes, são as compulsões menos visíveis e mais impessoais da interdependência social, que impõe restrições e controle aos impulsos e emoções. São essas pressões, e os correspondentes tipos de explicação e condicionamento acima mencionados, que fazem parecer que o comportamento socialmente desejável seja gerado voluntariamente pelo próprio indivíduo, por sua própria iniciativa. Isto se aplica à regulação e às restrições de impulsos necessárias ao ‘trabalho’, e também a todo padrão de acordo com o qual eles são modelados nas sociedades industrializadas burguesas.⁵⁴

Desta forma, cada vez mais as relações sociais e históricas foram se modificando, e o autocontrole seria possibilitado cada vez menos em função de uma hierarquia. Com o crescente monopólio de um poder centralizado aliado à cobrança de tributos, poderia ser observado um processo de maior concentração desses poderes nas mãos de poucos (ao contrário dos diversos feudos medievais “descentralizados”), possibilitando a ascensão de uma relação de interdependência social influente no controle dos impulsos e emoções individuais exigidos naquilo que Norbert Elias chamaria de “sociedades industrializadas burguesas.” É desta forma que, embora um tanto resumida, poderia ser pensada a relação de como a centralização do poder crescente no século XVIII influenciaria na constituição dos então novos comportamentos e sensibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir uma possível aproximação ou distanciamento entre **Saberes e Odores** e **Processo Civilizador**, tendo como ponto de partida uma discussão do historiador francês e oferecendo um contraponto ou auxílio na obra do sociólogo alemão, procurei apontar alguns aspectos entre tantos que poderiam ser mencionados.

⁵⁴ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994, p. 155. V. I.

Primeiro: Norbert Elias, ao considerar que as “razões” higiênicas não condicionariam os indivíduos em relação a um autocontrole, nos leva a interpretar que a teoria dos miasmas não teria influência na constituição de autocontrole individual. Por outro lado, Alain Corbin apontou a “revolução olfativa” enquanto um processo de certa forma desencontrado, enfatizando não somente aquilo que viria a ser legitimado enquanto “verdade científica”, mas discursos que, embora desconstruídos ao longo do tempo, influenciaram na constituição de um imaginário social. Em segundo lugar, em relação à questão da mudança de comportamentos, os dois autores contribuem de forma semelhante ao discutir sobre o processo de coerção externo que possibilitou a formação de outros comportamentos após a Idade Média. Mas – e aqui entra um terceiro ponto, embora a razão da efetivação deste processo externo de autocontrole, ou seja, a constituição de um poder central e sua influência sobre os comportamentos individuais seja ponto comum de discussão entre os dois autores, essa questão não é aprofundada em **Saberes e Odores**, que, por outro lado, recebeu maior atenção em **Processo Civilizador**.

Embora de forma diferente, o importante é que um diálogo entre os dois autores auxiliaria no desenvolvimento de estudos culturais ao apontar que questões muitas vezes não aprofundadas por um, recebem em uma segunda perspectiva, um tratamento mais adequado. E isso possibilitaria mover-se na busca de outros caminhos objetivando o estudo dos processos de mudança cultural.